

POR QUE NOS ODIAMOS TANTO? DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO ENTRE OS/AS/ES LGBTQIA+

Guilherme Moraes da Costa¹
Marco José de Oliveira Duarte²

RESUMO

Esta reflexão vai tratar de uma questão inerente à comunidade LGBTQIA+, o auto ódio. Essa situação se faz perceptível por meio de práticas de preconceito e discriminação manifestadas nas relações sociais, tanto interpessoais, quanto contra um segmento como um todo, a exemplo da misoginia contra as lésbicas e a transfobia contra pessoas trans e travestis. Neste texto o enfoque será sobre a particularidade da letra “G”. Alicerçados em parâmetros estabelecidos pela masculinidade hegemônica, homens gays se colocam à sombra da norma heterossexual muito desejada, mas impossível de ser alcançada. Com base nisso, criam hierarquias entre os gays, especialmente no tocante à masculinidade hegemônica, fazendo com que quanto mais afeminada a pessoa, menos estimada e mais marginalizada ela é. Ao final, pretendemos demonstrar como essa cultura de auto ódio é uma estratégia danosa para a comunidade, impactando na luta contra o preconceito.

Palavras-chave: Homofobia internalizada; Preconceito; Discriminação;

1 Doutorando do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; guilhermeea@moraeasdacosta@gmail.com

2 Professor orientador: Pós-doutor em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. majodu@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As pessoas que dão materialidade à sigla LGBTQIA+, acrônimo que reúne por ordem, mulheres Lésbicas, homens Gays, pessoas Bissexuais, mulheres Travestis, homens e mulheres Transexuais, pessoas queer, pessoas Intesexo, pessoas Assexuais e demais expressões da diversidade sexual, estão coligadas no mesmo acrônimo por uma questão política. Em tese, esse coletivo diverso e multifacetado se encontraria em dois pontos, na orientação sexual dissonante da norma heterossexual e/ou da identidade de gênero distinta da cisgneridade compulsória. Essa junção tem o potencial de gerar convergência na busca pela transformação e mudança social que ocasionem na livre expressão sexual, sem as amarras do receituário *cisheteronormativo*.

A partir disso, era esperado que apesar de suas particularidades, essas pessoas conseguissem superar essas diferenças e convergissem para a luta pelo fim da opressão motivada por sua sexualidade. Entretanto, como pretendemos demonstrar ao longo desse texto, essa convivência não é harmônica, se dando por dinâmicas que se utilizam de assimetrias de poder e preconceito de uns contra os outros. Para isso, recorreremos a alguns autores e descrevemos exemplos de embates entre gays e lésbicas, gays e gays, pessoas cisgêneros contra travestis e transexuais.

METODOLOGIA

Tendo em vista compreender como as diferenças entre as pessoas LGBTQIA+ podem resvalar em auto-ódio e funcionar como um fator de desmobilização no segmento, o referencial teórico deste texto levou em consideração as premissas apontadas pelas interseccionalidade como método de análise da realidade, por permitir ao mesmo tempo experimentar e identificar as diferentes formas de opressão, fornece ferramentas para mapear estratégias de resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vida em sociedade tal como conhecemos é dotada de princípios, regras e valores que ditam o seu funcionamento. Não é sempre que esses regramentos funcionam, ou mesmo foram elaborados tendo como fim a justiça social, pelo contrário, algumas dessas normas perpetuam desigualdades e garantem privilégio de alguns grupos sobre outros. Esse conjunto de normas influi em todos os aspectos da vida, incluindo as dimensões de gênero e sexualidade, foco de análise

deste texto. Por conta disso, mesmo antes da concepção há uma série de expectativas socialmente estabelecidas que são incutidas no ser que vai nascer e que demarcarão toda a sua existência, desde as roupas que poderá vestir, os comportamentos que pode manifestar e os lugares sociais que poderá ocupar, sejam eles de prestígio ou de subalternidade.

Nessa lógica o sexo biológico é atribuído ao nascer, de acordo com a genital que se apresenta, ou na ausência e/ou ambiguidade dela – no caso das pessoas intersexo –, no geral e de forma violenta, busca-se adequar aquele bebê a uma característica assentada no que se considera fêmea ou macho. Essa é uma direção que reforça a concepção de que há somente dois caminhos, não admitindo outras formas de vivenciar e expressar a sexualidade.

Ocorre que o sexo biológico não determina a forma como as pessoas vão relacionar-se afetivo-sexualmente (orientação sexual) e a qual gênero se sentem pertencentes (identidade de gênero), porque essa construção é social, se dá no âmbito das relações sociais e conjuga muito mais características do que somente a ditada pela genitália. Há pessoas que correspondem ao padrão de gênero de acordo com o sexo atribuído ao nascer com a relação afetivo-sexual por uma pessoa do sexo oposto, que vão ser categorizados como pessoas heterossexuais e cisgêneras que se encontram no espectro da norma. No caso do segmento LGBTQIA+ há o rompimento com essa lógica, seja pela via da orientação sexual (homossexualidade/bissexualidade, etc) seja por intermédio da identidade de gênero dissontante da norma heterossexual.

Ao trilharem caminhos distintos do que lhe foi estabelecido, a população LGBTQIA+ tem de lidar com preconceito e discriminação em todas as dimensões da vida. É importante ressaltar que a LGBTQIA+fobia não atinge a todos da mesma forma, pode ser mais grave de acordo com o quão longe da norma a pessoa está. Conjugadas, orientação sexual mais identidade de gênero podem acarretar em uma baixa expectativa de vida, como no caso das pessoas travestis e transexuais.

A LGBTIfobia, consiste no preconceito ou discriminação e demais violências daí decorrentes contra pessoas em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero afirmada ou presumida, expressada através de sentimentos hostis, muitas vezes agressivos, àqueles que possuem ou aparentam ter desejo por pessoas do mesmo gênero, se comportam como membros do gênero oposto ao que foram designados ao nascimento ou se relacionam com pessoas com estas características. Podendo ser dirigida a qualquer pessoa, LGBTQIA+ ou não, de qualquer idade, esta reação aversiva e/ou de ódio pode se manifestar de forma violenta ou sutil através de agressões físicas, violência psicológica (ameaças, constrangimentos,

insultos, bullying, coação), tortura, maus tratos e, ainda, através de violência cometida em âmbitos institucionais, inclusive por órgãos ou agentes públicos, através de ato discriminatório ou por negligência. (Murta, 2022, pg. 84).

Conforme a autora detalha acima, a LGBTQIA+fobia vem de fora é a resposta que a sociedade oferta para as pessoas não heterossexuais e/ou não cisgêneras. Esse fator é o elo que une essa população numa luta em comum que se materializa no movimento social. Contudo, temos observado nos últimos anos que o Movimento LGBTQIA+ continua existindo, porém, alguns segmentos têm buscado um protagonismo a partir de suas particularidades. Provavelmente tem sido dessa forma por conta de diferenças históricas, internas e externas no coletivo organizado que geram essa necessidade, conforme descreveremos mais adiante.

Um traço dessa conjuntura seria o protagonismo da letra G, frente às demais, fato histórico cujas consequências provocaram rupturas no movimento social desde seu surgimento no país. É consenso dentro dos estudos de gênero e sexualidade que o ponto inicial da luta coletiva organizada pelo segmento se deu com a fundação do Grupo SOMOS, na cidade de São Paulo, no ano de 1979, ainda em plena ditadura civil-militar³. Inicialmente era um grupo de homens gays. Após as primeiras reuniões foram convidadas a participar um grupo de oito mulheres lésbicas, que logo enfrentaram resistências dentro do coletivo. Fernandes (2018), vai apontar que uma das questões da época era o fato de tanto gays como lésbicas eram identificados como “bichas”. Entretanto, as mulheres que compunham esse coletivo se recusavam a serem tratadas dessa maneira e queriam ser chamadas como se afirmavam: lésbicas. Ainda no campo das nomenclaturas, outro aspecto apontado pela autora é o fato de os gays de forma misógina reduziavam as lésbicas ao seu órgão genital, tratando-as por “racha” ou “rachada”. Esse comportamento ainda persiste no tempo presente, entre os homens gays, especialmente os cisgêneros, manifestado por discursos de desvalorização e repulsa da vagina, quando de alguma forma esse assunto vem à tona numa conversa, as reações comumente são expressões de nojo, tanto verbais, quanto físicas a exemplo de simular ânsia de vômito.

Por consequência disso e de outros acontecimentos como o silenciamento e a ridicularização dessas mulheres nas discussões que eram travadas, a saída foi se organizarem em um coletivo paralelo dentro do SOMOS, o Grupo Lésbico Feminista, o que segundo a autora, não foi bem recebido pelos outros membros

3 Quinalha (2021), aponta que de início o movimento social era conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), sigla que foi se modificando até o presente, passando a incorporar mais letras para expressar a pluralidade desse ser coletivo.

do grupo: “foram hostilizadas e chamadas de *“histéricas”* e *“divisionistas”* dentro do grupo pioneiro do movimento LGBT”.

O caso de a letra “L” abrir a sigla, principalmente quando recorremos à história do Movimento LGBTI+, as mulheres tanto no passado quanto no presente queixam-se de o movimento social de ter um direcionamento predominantemente voltado para o “G” e suas demandas. O “L” à frente é uma forma de colocar as lésbicas no protagonismo perante o movimento e a própria comunidade.

A primeira menção ao machismo e à misoginia dos gays pelas lésbicas ocorreu em 1979, sendo novamente reiterada na década de 1990. Em meados de 2008, assinou-se a alteração das siglas da Conferência Nacional, de GLBTT para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), visando contemplar uma antiga reivindicação do segmento de lésbicas. Esta demanda lésbica vem justificada pelo desejo de serem mais visibilizadas, entre outros participantes (GBTT) e perante a sociedade. (Pinafi, 2010, pg. 341).

Trata-se de exemplos pontuais de mediados pelo machismo e poderia haver outros mais, tendo em vista que gays não estão ilesos de reproduzir essa opressão. É importante ressaltar, mas não justificar, que homens gays também não costumam ser generosos consigo mesmos e muitas vezes, são seus principais algozes, utilizando-se da homofobia internalizada, Borillo (2010), para reforçar em suas relações a heteronormatividade compulsória. Embora homens gays sejam alvo da homofobia, por serem homens, a depender da maneira como se colocam na sociedade - leia-se portarem o mais próximo possível da masculinidade hegemônica -, podem gozar de privilégios que são destinados ao macho.

Dentro deste escopo, há uma série de regras e códigos não escritos que hierarquizam a forma de vivenciar essa experiência. Gays tidos como “padrão” performam a masculinidade dominante, disciplinada pela virilidade, que exibe um corpo esculpido na academia de ginástica, ostenta uma voz grossa, que pouco ou nada gesticula, é *“discreto e fora do meio”*, o *“gay que não parece gay”*, têm a preferência sobre os demais, assim como representa um ideal a ser alcançado. Em contraponto a este, há o sujeito que performa uma masculinidade afeminada, atrelada a um conjunto de trejeitos, gestos, empostação da voz, peças de vestuário que são associadas ao feminino, entre outros. Esse sujeito é considerado um acinte à masculinidade dos gays que são chamados de padrão, frequentemente são ridicularizados por performarem sua feminilidade e desafiarem as normas de gênero, tanto dentro da comunidade quanto fora dela pela população em geral.

Neste ponto entra em cena um jogo sexual que envolve os atos de penetrar e ser penetrado. O indivíduo que penetra na relação sexual anal é popularmente

conhecido como “*ativo*”, enquanto o sujeito que é penetrado é tido por “*passivo*”. No senso comum, é presumido que homens que se encaixam no padrão serão sempre os que performarão como ativos, inclusive, são mais valorados por isso, sendo considerado mais homem. A partir do senso comum e do binarismo de gênero, o ativo é o macho da relação, enquanto o passivo é a fêmea. Todavia, esse é um olhar simplista sobre essa questão. Os papéis de ativo e passivo não são intrínsecos ao padrão e ao afeminado, eles transitam por essas posições, apesar de os gays afeminados serem questionados quando se colocam nesse lugar, como se ali não pudessem estar por conta de não ostentar a masculinidade performada pelo gay padrão.

A heteronormatividade impulsionou também as demandas recentes pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero, a luta pelo reconhecimento das relações homossexuais como um modelo familiar e a adoção de crianças por casais homossexuais. Essas práticas refletem um modo de vida heterossexual. Todas essas demandas, analisadas em conjunto, refletem um novo tempo histórico, marcado mais fortemente pela heteronormatividade do que pela heterossexualidade compulsória. (Nonato, 2020, pg. 79).

Essas tensões geram estranhamentos que mostram que nem mesmo os homens gays são um grupo em uníssono, pelo contrário, há divergências que impactam significativamente na construção de laços, afetos e lutas. Além de outras especificidades que complexificam essas relações. Uma delas é a centralidade do falo, que é muito valorizado, quanto maior melhor e quanto menor mais desvalorizado. Se fizermos a interface com o determinante étnico-racial, a centralidade do pênis na homossexualidade masculina atua como fator de desumanização, uma vez que reduz esses homens à sua genitália, no caso de homens gays negros é esperado que possuam um pênis avantajado e no caso de homens gays de origem asiática é pressuposto que tenham um pênis pequeno. Já quando isso se correlaciona com a homens trans ou pessoas transmasculinas, a ausência da genitália também é um fator de depreciação.

Outro entrave enfrentado pelas pessoas trans é a respeito da negação da sua identidade, fortemente alicerçada no dualismo feminino/masculino, utilizado como norma e base do binarismo de gênero. Está em campo uma batalha por parte de feministas radicais nas redes sociais, no espaço público e na academia em rechaçar a ideia de travestis e mulheres trans como mulheres, servindo-se do argumento de que elas terem nascido como homem, independente de sua identidade de gênero. Há outros embates na recusa do uso de expressões como “pessoas que gestam/menstruam”, que são utilizados para incluir homens trans.

Para algumas mulheres, de alguma forma, isso representa o apagamento de sua identidade.

Por muito tempo, o pensamento e a política feministas se mostraram desconfiados das pessoas trans, suspeitando que elas reforçavam a binariedade sexual (homem ou mulher), em vez de contestá-la ou revertê-la: isso levou à conclusão de que as mulheres trans, por exemplo, não podem ser feministas por terem nascido homens. A fim de legitimar essa relação de desconfiança, algumas feministas têm mobilizado com frequência definições mais ou menos naturalistas do sujeito político do feminismo (“Nós, mulheres” = nós, as mulheres “nascidas mulheres” ou “biológicas”), mesmo ao se engajarem em um processo de desnaturalização do sexo por meio do conceito crítico de gênero”. (Dorlin, 2021, págs. 141 e 142);

Soma-se a isso a realidade de homens trans, que uma vez que queriam se relacionar com gays cisgêneros, enfrentam a rejeição por conta da ausência do falo. Outra questão importante se deve ao fato de que pessoas cis podem, se quiserem, mascarar os traços que denunciam sua orientação sexual e identidade de gênero dissonantes da norma *cisheterossexual*, já as pessoas trans, até adquirirem a chamada passabilidade, tornam-se alvos mais fáceis de serem reconhecidos e terem sua dignidade atacada.

Instado a se manifestar sobre a leniência do Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injução (MI) 4733, equiparando a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Entretanto, em alguns estados e municípios estão em curso projetos de lei que visam coibir o que a direita chama de “ideologia de gênero”, que tem atacado especialmente a flexibilização da língua na forma do gênero neutro e direitos das pessoas trans. Há uma falsa impressão de que os direitos dos “LGB” da sigla já estão garantidos, visto decisões do STF sobre a união homoafetiva, doação de sangue e resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre adoção. Essa conjuntura tem mostrado que os outros segmentos da sigla que não a letra “T” pouco ou nada tem se mobilizado para impedir o avanço do conservadorismo neste campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auto-ódio que a comunidade trans parece revelar-se como uma armadilha que precisa ser superada para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecemos que não é tarefa fácil resistir ao patriarcado e ao machismo

remodelados pela ideologia neoliberal que faz com que além do espírito de competição exacerbado, naturaliza essas questões como se fossem próprias da vida social e não o são.

Ao longo do texto procuramos exemplificar que apesar de estarem juntos numa mesma sigla por uma questão política, as particularidades inerentes aos diferentes segmentos que se confluem na sigla LGBTQIA+, acabam se sobressaindo, tensionando e pautando as relações sociais entre eles, apoiando-se em estigmas e preconceitos, como no machismo dos homens gays para com as mulheres lésbicas, ou mesmo a assimetria entre homens gays que permormam a masculinidade vigente e homens gays afeminados. Ou ainda, nos diversos enfrentamentos que as pessoas travestis e transexuais têm de fazer cotidianamente. Isso mostra como diferenças alicerçadas na *cisheteronormatividade* se sobressaem sobre o que poderia uni-los, fragilizando a luta pela livre expressão sexual.

Por fim, ao invés de nos deflagarmos em nossas particularidades, é preciso ter o olhar para as diversas opressões impostas ao segmento LGBTQIA+ como estruturas do corpo social, tendo em vista desnaturalizar essas mazelas na busca por uma sociedade mais igualitária, sem discriminação e preconceito em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero dissonantes da *cisheteronormatividade*.

REFERÊNCIAS

BORILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 141 p.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades** – Introdução à teoria feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 160 p.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

MURTA, Daniela. Cis-heteronormatividade e LGBTIFobia: desafios para a garantia do direito à saúde pela população LGBTQIA+ no Brasil. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ROCON, Pablo Cardozo (org.). **Dez anos da política nacional de saúde integral LGBT**: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Salvador: Devires, 2022. p. 79-88.

NONATO, Murilo. **Vivências afeminadas**: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Salvador: Editora Devires, 2020. 152 p.

PINAFI, Tania. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horácio *et al* (org.). **Retratos do Brasil Homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p. 333-342.

QUINALHA, Renan, **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 380 p.